18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

UM OLHAR ECOFEMINISTA SOBRE O PAISAGISMO DO SUL

Padrões socioecológicos do hábitat das Mulheres Poderosas de Santa Luzia – DF

ST2 – Paisagens e territórios

AN ECOFEMINIST PERSPECTIVE ON SOUTHERN LANDSCAPES

Socio-ecological patterns of the habitat of the Mulheres Poderosas of Santa Luzia – DF

PEÑA AYMARA, Mariela Alexandra
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAUUSP | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) | São Paulo, SP, Br | maariela.pena@gmail.com | ORCID: 0000-0002-5060-3235

ANDRADE, Liza Maria Souza de
Professora associada e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU/UnB| UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB) | BRASÍLIA, DF, Br | lizamsa@gmail.com| ORCID: 0000-0002-6624-4628

VERÍSSIMO, Celine
Professora Adjunta no curso de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento| Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)| FOZ DO IGUACU, PR, Br | celine.verissimo@unila.edu.br| ORCID: 0000-0002-2967-9964

FERREIRA DIAS, Vanessa
Coordenação Geral do Coletivo Mulheres Poderosas|mulherespoderosasbsb@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa reflete sobre a importância do paisagismo nas moradias da Ocupação Santa Luzia, em Brasília-DF, Brasil, considerando o território como um espaço vivo, marcado por relações sociais, práticas cotidianas e saberes locais. Por meio da Pesquisa-Ação (Thiollent, 1986) e a partir de uma abordagem Ecofeminista (Mies e Shiva, 2014), desenvolvida junto ao coletivo auto-organizado Mulheres Poderosas, a investigação se constrói de forma colaborativa, valorizando o protagonismo das mulheres na produção e no cuidado do seu habitat. Nesse sentido, busca-se oferecer uma visão alternativa e crítica no campo da arquitetura da paisagem, questionando abordagens hegemônicas e tecnocráticas. A partir da proposição de padrões socioecológicos (Andrade, 2014), identificados por meio dos *Paisagismos do Sul* (Veríssimo, et. al, 2020), pretende-se evidenciar práticas espaciais que articulam cuidado, sustentabilidade e resistência. Dessa forma, a pesquisa contribui para o reconhecimento de experiências situadas nas periferias latino-americanas, sob uma perspectiva de gênero, visando não apenas compreender, mas também fortalecer estratégias que promovam a melhoria da qualidade de vida socioambiental dos moradores, a partir de suas próprias práticas e modos de habitar como forma de superar as violências sistêmicas do patriarcado.

Palavras-chave: Periferias urbanas, Ecofeminismo, América Latina, Arquitetura da Paisagem.

ABSTRACT

This research reflects on the importance of landscape design in the housing of the Santa Luzia Occupation, in Brasília-DF, Brazil, considering the territory as a living space shaped by social relations, everyday practices, and local knowledge. Through Action Research (Thiollent, 1986) and based on an ecofeminist approach (Mies and Shiva, 2014), developed together with the self-organized collective Mulheres Poderosas, the study is constructed collaboratively, valuing the protagonism of women in the production and care of their habitat. In this sense, it seeks to offer an alternative and critical perspective within the field of landscape architecture, questioning hegemonic and technocratic approaches. Based on the proposal of socio-ecological patterns (Andrade, 2014), identified through the Landscapes of the South (Veríssimo et al., 2020), the research aims to highlight spatial practices that articulate care, sustainability, and resistance. In this way, the study contributes to the recognition of situated experiences in Latin American peripheries, from a gender perspective, aiming not only to understand but also to strengthen strategies that promote the improvement of the socio-environmental quality of life of residents, based on their own practices and ways of inhabiting as a means to overcome the systemic violences of patriarchy.

Keywords: *Urban peripheries, Ecofeminism, Latin America, Landscape Architecture.*

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda possibilidades contra-hegemônicas para o desenho da paisagem em territórios latino-americanos, especificamente no campo da arquitetura e do urbanismo, com enfoque central no paisagismo do Espaço Exterior Doméstico (EED) (Veríssimo, 2012) e do Entorno Imediato das Moradias (EIM), com o objetivo de promover a regeneração ambiental auto-organizada em zonas periurbanas, especificamente na Ocupação Santa Luzia, localizada em Brasília-DF, capital do Brasil. Por meio da proposição de padrões socioecológicos com base em (Andrade, 2014) e nos Paisagismos do Sul (Veríssimo; Rodrigues; Peña, 2020), busca-se auxiliar em soluções de desenho da paisagem mais adequadas à realidade e alinhadas às demandas dos moradores.

A América Latina e o Caribe apresentam um elevado déficit habitacional, tanto qualitativo quanto quantitativo (Sánchez, 2024), o que gera um processo de urbanização insustentável, sobretudo nos grandes centros urbanos. Esse processo ocasiona a expansão urbana descontrolada, levando à destruição de ecossistemas naturais e à exclusão de populações de baixa renda para as periferias ou áreas afastadas do centro formal da cidade, onde vivem em condições insalubres e carentes de espaços vegetados. Assim, evidencia-se a injustiça socioambiental e a desigualdade territorial presentes no continente.

Ao questionar o atual sistema capitalista/patriarcal, torna-se necessário, em termos gerais, pensar o planejamento urbano de forma ascendente (bottom-up), sem imposições nem modelos preestabelecidos. Dessa forma, incentiva-se uma visão mais crítica, contra-hegemônica, solidária e situada sobre o desenho da paisagem.

Como consequência do déficit habitacional no continente, da ausência do Estado e da insuficiência de políticas públicas nas ocupações, destaca-se o trabalho auto-organizado realizado cotidianamente por diversos coletivos de mulheres que resistem nesses territórios. Pressupõe-se, portanto, que os moradores da área de estudo possuem hábitos, costumes e modos de vida relacionados à natureza no EED e no EIM.

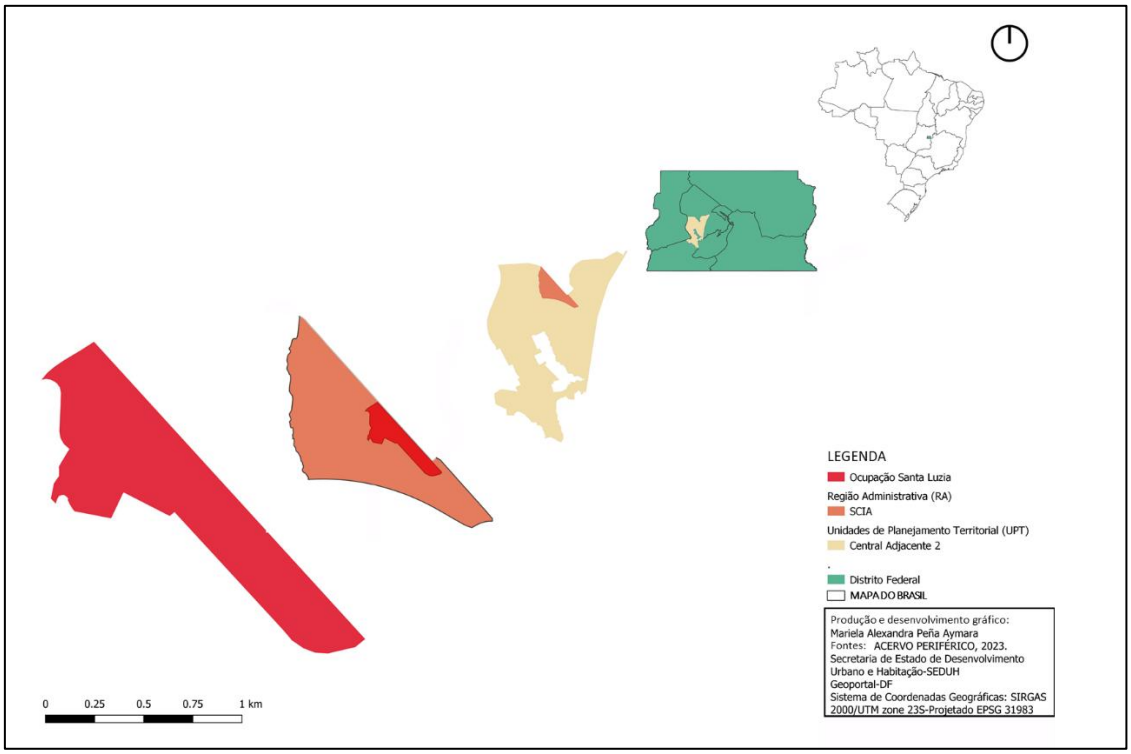
Brasília-DF, assim como outras cidades latino-americanas, enfrenta grandes desafios globais decorrentes da atual crise climática e ecológica, que também implica uma crise dos cuidados. Nesse contexto, torna-se fundamental considerar as experiências territoriais dos feminismos do Sul Global para compreender formas de enfrentamento dessa realidade.

Nesse sentido, esta pesquisa foi desenvolvida por meio da metodologia de Pesquisa-Ação (PA) (Thiollent, 1986) e da história oral (Cusicanqui, 2015), buscando compreender a situação real do desenho da paisagem entre os moradores da Ocupação Santa Luzia, além de destacar a importância do cooperativismo feminino desenvolvido pelo coletivo Mulheres Poderosas.

A ocupação urbana Santa Luzia localiza-se no Distrito Federal, em Brasília, na Região Administrativa do SCIA–Estrutural (RA XXV). Essa região apresenta o maior Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do Distrito Federal, com valor de 0,72 (Codeplan, 2020; Rezende, 2021). Segundo dados mais recentes, a área de estudo desta pesquisa conta com aproximadamente 20.000 habitantes (Grupo Periférico, 2025).

Situa-se ao sudeste do antigo Lixão da Estrutural e nas proximidades do Parque Nacional de Brasília (PNB), com cerca de 16,5 mil pessoas distribuídas em 3.793 domicílios (PDAD, 2024) (Figura 2).

Figura 2 – Localização da Ocupação Santa Luzia no Distrito Federal de Brasília.



Fonte: Autoria própria

1.1 Desafios contemporâneos do paisagismo na América Latina com enfoque em Brasília

Atualmente, cerca de 56% da população mundial vive em áreas urbanas, e espera-se que essa tendência continue, de modo que, até o ano de 2050, essa população se duplique, alcançando um nível em que quase 7 em cada 10 pessoas viverão em cidades (Banco Mundial, 2023).

Nesse contexto, a América Latina é considerada a região em desenvolvimento mais urbanizada do mundo, com aproximadamente 80% de sua população vivendo em áreas urbanas, reflexo de um processo de urbanização acelerado ao longo das últimas décadas. No entanto, esse elevado grau de urbanização não se traduz necessariamente em melhor qualidade de vida para seus habitantes; ao contrário, a região caracteriza-se por profundas desigualdades sociais, econômicas e territoriais.

O crescimento urbano, em geral desordenado e sem planejamento adequado, tem gerado a expansão de assentamentos informais e ocupações, dificuldades no acesso a serviços básicos e uma acentuada segregação socioespacial. Apesar do desenvolvimento de grandes centros urbanos, milhões de pessoas ainda vivem em condições precárias, com acesso limitado à moradia digna, ao saneamento básico, ao transporte e à qualidade ambiental, sobretudo em assentamentos informais, que apresentam as maiores densidades populacionais, concentrando entre 20% e 30% da população urbana (CAF, 2017, p. 56).

Segundo dados da CEPAL, até 2022, no que se refere à habitação e aos serviços básicos no Brasil, 87,3% da população utiliza serviços de abastecimento de água potável geridos de forma segura, indicando uma cobertura relativamente ampla em nível nacional. Essa proporção é ainda maior nas áreas urbanas, onde alcança 88,9%, enquanto nas zonas rurais diminui para 76%, evidenciando uma desigualdade territorial no acesso a esse recurso essencial.

Em relação aos serviços de saneamento geridos de forma segura, a situação é mais preocupante, uma vez que apenas 49,6% da população possui acesso a esses serviços, o que implica que mais da metade dos brasileiros pode estar exposta a condições inadequadas de saneamento. No contexto urbano, essa proporção é ligeiramente superior, atingindo 51,4%; no entanto, não há dados específicos disponíveis para áreas rurais e periurbanas, o que pode estar relacionado a limitações na coleta de informações.

A ausência de espaços livres vegetados nas periferias e áreas periurbanas dos grandes centros urbanos latino-americanos constitui um problema estrutural que vem sendo naturalizado e ainda não recebe a devida atenção. Esse déficit tornou-se um fator de diferenciação de classe, uma vez que tais espaços tendem a concentrar-se nas áreas centrais formais das cidades, beneficiando determinados grupos sociais, geralmente de maior renda, o que gera desigualdades socioterritoriais e, consequentemente, injustiças socioambientais nas áreas periféricas e marginalizadas.

As zonas periféricas ou periurbanas, como ocupações informais e assentamentos humanos, localizam-se, em geral, em áreas sem planejamento ou regulação adequados, sendo frequentemente obrigadas a ocupar territórios próximos a indústrias poluentes, aterros e outras atividades de alto impacto ambiental. Como resultado, seus habitantes ficam mais expostos à contaminação do ar, da água e do solo, o que afeta negativamente sua saúde e qualidade de vida.

No Brasil, diferentemente dos demais países latino-americanos, ocorreu um processo bastante particular para a consolidação da capital do país. A partir de 1960, foi realizado um concurso para sua definição, dando origem a Brasília, Distrito Federal, que se consolidou como uma das cidades mais importantes do país, abrigando as principais instâncias estatais. No que diz respeito ao paisagismo, observa-se que, no Plano Piloto (área central da cidade), há amplas áreas verdes, o que contribui para uma qualidade ambiental adequada e favorável aos brasilienses. Em contrapartida, nas cidades satélites e em outras áreas da cidade, verifica-se a situação oposta, resultando em zonas periurbanas carentes desses espaços (Figura 1).

Figura 1 – Ocupação Santa Luzia.



Fonte: Acervo Periférico, 2024.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: PAISAGISMO DO SUL, ECOFEMINISMO E PADRÕES SOCIOECOLÓGICOS

Diante da atual crise climática, estamos enfrentando uma crise da civilização e da natureza, na medida em que as atividades humanas têm alterado profundamente os sistemas naturais. Assim, para enfrentar essas crises de forma eficaz, torna-se essencial promover uma mudança fundamental na relação com o ambiente natural e na própria concepção de desenvolvimento e progresso (Saito, 2022, p. 133).

No campo da arquitetura e do urbanismo, especificamente no paisagismo, o desenho é fundamental. Nesse sentido, Arturo Escobar aponta esse processo como determinante, pois, enquanto profissionais da área, estamos envolvidos em dar forma e funções adequadas ao espaço que habitamos (Escobar, 2017, p. 123).

Segundo o autor, o mundo contemporâneo enfrenta não apenas um modelo econômico dominante, como o capitalismo neoliberal, mas também um conjunto de características culturais que ameaçam a vida no planeta, como o individualismo excessivo e o consumismo desenfreado. Nessa perspectiva, o desenho é entendido como um processo ontológico, uma vez que cada objeto, ferramenta, serviço ou narrativa implica a criação de formas particulares de ser, saber e fazer (Escobar, 2017, p. 47).

Isso implica que o desenho não deve se limitar à reprodução de modelos preexistentes impostos por sistemas hegemônicos; ao contrário, deve possuir a autonomia necessária para incorporar uma multiplicidade de saberes e experiências, em vez de privilegiar exclusivamente as perspectivas dominantes de especialistas que projetam para outros. Trata-se, portanto, de resgatar e valorizar os saberes e práticas locais, compreendendo o desenho não apenas como prática projetual, mas também como instrumento político.

Arturo Escobar, por meio do conceito de Designs do Sul, critica o modo como o desenho moderno ocidental é concebido, defendendo práticas que atendam aos saberes, contextos e formas de vida dos povos do Sul Global (2016, p. 63). Além disso, propõe a necessidade de "redesenhar a trama da vida" a partir do reconhecimento da interdependência radical entre humanos e não humanos, orientada à construção de um pluriverso, isto é, "um mundo onde caibam muitos mundos" (Escobar, 2016, p. 245).

Por sua vez, Alfredo Gutiérrez Borrero amplia essa noção ao introduzir o conceito de "diseños de los Sures", destacando a diversidade de realidades e epistemologias que existem para além do paradigma moderno (Gutiérrez, 2015, p. 113–129). O autor argumenta que não existe um único Sul, mas "múltiple s Sures", dos quais emergem "designs outros" e "designs com outros nomes", formas de criação que escapam ao cânone ocidental do design.

Consequentemente, ambos os autores convergem ao afirmar que os designs do Sul representam uma prática decolonial e plural, voltada a abrir espaço para modos alternativos de habitar e transformar o mundo a partir da diferença e da comunalidade. Nesse sentido, o conceito dialoga com temas como o meio ambiente, cosmologias alternativas, conflitos étnico-raciais, desigualdades de gênero, o Bem Viver (Mamani, 2010; Acosta, 2016) e os racismos linguísticos e epistêmicos.

Por fim, ampliando essa perspectiva sobre o desenho, Veríssimo, Rodrigues e Peña contribuem para a compreensão da noção de Paisagismos do Sul, definidos por sua origem no Sul — segundo a geopolítica do conhecimento. Essas paisagens/paisagismos possuem o potencial de integrar e refletir características culturais, históricas e sociais de contextos historicamente desfavorecidos pelo sistema capitalista/patriarcal, desafiando visões uniformizadoras e ocidentalizadas que frequentemente dominam o paisagismo (Veríssimo, et al, 2021, p. 2).

Ao considerar essas dimensões e contextos específicos, busca-se que as comunidades locais possam expressar suas vivências e sua relação com o meio ambiente.

2.1 Um olhar ecofeminista para o paisagismo

Para desenhar um paisagismo adequado às necessidades de cada localidade, é necessário partir de questões estruturais da sociedade, com vistas a fortalecer a igualdade e a equidade. Evidencia-se que, no atual sistema capitalista, moderno e patriarcal, existe uma interconexão entre a opressão de gênero e a exploração da natureza. Nesse sentido, torna-se fundamental adotar uma perspectiva do urbanismo feminista, pautada nas experiências das mulheres (Montaner; Muxí, 2021, p. 191), e, consequentemente, promover a renaturalização das cidades por meio da reformulação do urbanismo à luz do ecofeminismo (Mies; Shiva, 2014), que articula as problemáticas da crise ambiental com a crise dos cuidados (Montaner; Muxí, 2021, p. 60).

A abordagem tradicional, que coloca o capital/patriarcado como valor central do pensamento ocidental, tem contribuído para aprofundar as desigualdades entre ricos e pobres. Esses modos de vida têm gerado conflitos e ampliado as divisões entre os seres humanos e seu entorno, conduzindo a humanidade a um estado crescente de insensibilidade.

Nesse contexto, a humanidade, em sua busca por uma melhor qualidade de vida (promessa da modernidade) encontra-se em uma trajetória que a afasta desse objetivo. Em vez de avançar rumo a uma existência mais satisfatória, caminha-se em direção à infelicidade, à solidão, à discriminação, à doença e à fome. Mais preocupante ainda, avança-se na destruição da Mãe Terra, estendendo essa influência devastadora para além do âmbito humano (Mamani, 2010, p. 6).

Ainda nessa perspectiva, o espaço público — entendido como o principal espaço de confronto e de domínio coletivo (Montaner; Muxí, 2021, p. 61) — vem sendo mercantilizado, atribuindo-se valor econômico a um espaço que, teoricamente, deveria ser de apropriação pública e coletiva.

Nas zonas periféricas e periurbanas, em geral, são as mulheres que desempenham um papel fundamental, assumindo tarefas de cuidado que vão desde o bem-estar familiar até a gestão de recursos naturais. Nesse sentido, a desigualdade socioambiental afeta diretamente sua capacidade de desempenhar tais funções, uma vez que frequentemente enfrentam desvantagens significativas decorrentes da falta de acesso a serviços essenciais e dos impactos da degradação ambiental.

A ausência de infraestruturas adequadas e a exposição a agentes contaminantes não apenas aumentam sua vulnerabilidade, como também limitam suas oportunidades. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de enfrentar simultaneamente as desigualdades de gênero e as injustiças socioambientais, a fim de melhorar as condições de vida nessas áreas marginalizadas.

A construção de um paisagismo adequado em áreas periféricas e empobrecidas permanece, até hoje, um desafio não resolvido. Os moradores dessas regiões carecem de serviços básicos para sua subsistência, mas possuem conhecimentos ancestrais e modos de vida próprios, sendo, portanto, detentores de uma Memória Biocultural (Toledo; Barrera-Bassols, 2009).

Essa memória refere-se à transmissão, ao longo de gerações, pais, avós, etc, de saberes fundamentais sobre a valorização da natureza e formas próprias de se relacionar com ela. No entanto, diante da crise ecológica e do sistema capitalista contemporâneo, esses saberes vêm sendo progressivamente apagados, o que contribui para o agravamento de problemas, inclusive de ordem sanitária.

Por conseguinte, torna-se fundamental identificar e reconhecer a Memória Biocultural da espécie humana, pois isso permite construir uma perspectiva histórica de longa duração, revelar limites e vieses epistemológicos e, assim, vislumbrar soluções em escala civilizatória para os desafios atuais.

2.2 Uma linguagem de padrões socioecológicos para o EED e o EIM

A linguagem de padrões proposta por Alexander, Ishikawa e Silverstein (1977) foi desenvolvida como uma ferramenta prática para designers em todos os níveis de experiência, baseada na

identificação e descrição de problemas recorrentes no projeto e na proposição de soluções eficazes.

Os autores afirmam que cada padrão constitui um modelo recorrente, que aborda um problema comum no ambiente e descreve o núcleo da solução de modo que possa ser aplicado repetidamente, permitindo a criação de soluções singulares, sem resultar em formas idênticas. Dessa forma, por meio do uso de padrões de projeto, é possível desenvolver respostas específicas e contextualizadas para problemas de desenho.

Andrade (2014) avança nessa linha de pensamento ao estabelecer conexões relevantes entre os campos do Desenho Urbano e da Ecologia, por meio do estudo dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos, com o objetivo de contribuir com procedimentos metodológicos — a partir de uma abordagem transdisciplinar — para o processo de desenho urbano sensível à água. Nesse sentido, considera-se a inclusão tanto das populações quanto dos indivíduos, em escala comunitária, de modo que a formação de comunidades urbanas reflita os padrões de comportamento das pessoas no espaço.

A partir dessa perspectiva, a autora sistematiza a evolução dos padrões espaciais dos modelos urbanos no formato: padrão – problema/contexto – recomendação – ilustração.

Esse método baseia-se na transformação de “princípios” em estratégias e técnicas aplicáveis ao processo de desenho, com o objetivo de criar ambientes mais sustentáveis, equilibrados com a natureza e agradáveis para habitar, contribuindo para o alcance dos princípios da sustentabilidade ambiental.

Por meio da metodologia aplicada e dos resultados obtidos na pesquisa, destaca-se que, nas moradias da Ocupação Santa Luzia, evidencia-se a importância e a apropriação que as Mulheres Poderosas atribuem ao Entorno Imediato das Viviendas (EIV), isto é, ao espaço livre mais próximo do lote, e ao Espaço Exterior Doméstico (EED) (Veríssimo, 2012), compreendido tanto como a área da habitação (casa ou espaço coberto habitável) quanto como o espaço exterior que a circunda, deixando de ser apenas um espaço livre sem uso definido.

De modo geral, esse é o espaço onde as mulheres, cuidadoras, passam a maior parte do dia, especialmente nos períodos mais secos — característica marcante do bioma Cerrado, presente em Brasília —, na busca por melhores condições de conforto ambiental, sobretudo relacionadas à qualidade do ar.

3 METODOLOGIA

A metodologia da presente pesquisa foi desenvolvida em três etapas: (1) Análise bibliográfica, abordando conceitos e aportes teóricos pertinentes, com o objetivo de construir uma base teórica e conceitual acerca da crise civilizatória e da realidade periurbana das periferias latino-americanas, proporcionando uma visão mais ampla sobre o tema.

(2) Por meio da Pesquisa-Ação (PA), sendo um tipo de pesquisa social de base empírica que se concebe e se realiza em estreita associação com uma ação coletiva ou com a resolução de um problema coletivo, na qual pesquisadores e participantes representativos da situação ou problema se envolvem de forma cooperativa e participativa (Thiollent, 1986), destaca-se, nesse enfoque, a contribuição da história oral, onde Segundo Silvia Rivera Cusicanqui (2015; 2024, p. 326), ressalta-se a necessidade de produzir pensamento a partir do cotidiano, bem como a

importância de escutar as particularidades sociais e históricas das pessoas por meio da escuta ativa. Nessa mesma linha de pensamento, insere-se o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa e Extensão PERIFÉRICO: Trabalhos Emergentes, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), que vem participando de diversas pesquisas em colaboração com a Ocupação Santa Luzia, evidenciando, na prática, os princípios da Pesquisa-Ação. Assim, como parte dessa etapa, foram realizadas visitas à Ocupação Santa Luzia, durante as quais foi aplicado um questionário on-line, que incorporava os primeiros padrões socioecológicos identificados como parte das questões.

As perguntas foram organizadas em quatro seções temáticas: (a) pessoais; (b) livres; (c) dentro do lote; e (d) fora do lote. Além disso, foram realizadas rodas de conversa com o coletivo feminino Mulheres Poderosas.

(3) Por fim, como parte da obtenção dos resultados, procedeu-se à proposição de padrões socioecológicos voltados ao EED e ao EIM do habitat dos moradores da Ocupação Santa Luzia. Essa proposta foi fundamentada nos dados coletados nas etapas anteriores da pesquisa, com o objetivo de orientar o desenho e a gestão desses espaços a partir de uma perspectiva integrada.

Como produto final, e adotando um formato menos cartesiano, elaborou-se o panfleto intitulado “Mais verde em Santa Luzia”, concebido para ser de fácil acesso e livre circulação.

Por meio da metodologia proposta, foram obtidos dados relevantes que sustentaram o desenvolvimento da pesquisa em todas as suas etapas, permitindo alcançar os resultados que serão apresentados na seção correspondente.

4 RESULTADOS: SANTA LUZIA DESDE DENTRO, CARTOGRAFIAS DO HABITAR DAS MULHERES PODEROSAS

A ocupação de Santa Luzia surge em função da proximidade com o aterro de resíduos, uma vez que milhares de catadores passaram a ocupar as imediações da área, recuperando materiais que, inicialmente, eram utilizados para sua subsistência, dando origem a uma ocupação informal denominada Vila Estrutural (Miranda; Andrade, 2018).

Posteriormente, em 1995, o setor passou por um processo de adensamento mais intenso e, na porção sudeste do aterro, a área ocupada passou a ser conhecida localmente como Chácaras Santa Luzia. No ano 2000, a Lei Complementar nº 530 definiu essa região ocupada pelos catadores (Vila Estrutural) como Zona Habitacional de Interesse Social e Público (ZHISP). Em 2003, o assentamento consolidou-se como Cidade Estrutural / Vila Estrutural, momento em que tiveram início as primeiras intervenções por parte do Governo do Distrito Federal (GDF), incluindo obras de asfaltamento, pavimentação e a implementação de alguns serviços básicos em determinadas quadras.

Em 2004, iniciou-se o processo de licenciamento ambiental e a localidade foi formalmente definida como Região Administrativa do Distrito Federal, passando a constituir a Região Administrativa do Setor Complementar de Indústrias e Abastecimento (SCIA – RA XXV), composta pela Vila Estrutural, pelo Lixão da Estrutural, pela Cidade do Automóvel e pela ocupação Santa Luzia.

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados, a ocupação Santa Luzia apresenta um significativo potencial em termos de sustentabilidade cultural e relacional, destacando-se a presença de uma

economia local ativa, bem como um forte sentido de comunidade, pertencimento e integração entre seus moradores. Essa rede se evidencia, por exemplo, no trabalho do coletivo auto-organizado Mulheres Poderosas, composto por cerca de 35 mulheres.

O grupo mantém viva sua Memória Biocultural, além de promover atividades de economia solidária, fundamentais para sua subsistência e a de suas famílias. Essas práticas não representam apenas uma fonte de renda, mas também configuram formas de resistência e de luta pela regularização de seus territórios.

A carência de espaços livres vegetados de qualidade está diretamente associada à desigualdade social nas cidades, refletindo o classismo, o racismo e o sexismo estruturais da modernidade capitalista na América Latina. Nesse contexto, parte significativa da população vive em condições precárias de resistência, sendo muitas delas mulheres chefes de família.

Por meio do percurso metodológico da pesquisa, utilizando um questionário on-line, 11 integrantes do coletivo Mulheres Poderosas contribuíram com informações relevantes para a regeneração da paisagem.

A seguir, serão apresentadas infografias que sintetizam os resultados obtidos por meio do questionário e das visitas às moradias das Mulheres Poderosas. Ressalta-se que foi obtida a devida autorização do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília (UnB) para o uso das imagens (Figura 3).

Figura 3 – Infográficos com elementos da paisagem do EED e do EIM do coletivo Mulheres Poderosas em Santa Luzia.





Fonte: Autoria própria.

As imagens apresentadas anteriormente evidenciam as iniciativas paisagísticas do coletivo Mulheres Poderosas, demonstrando formas de resistência frente ao Estado diante das injustiças socioambientais. Percebe-se o cuidado individual de cada integrante, bem como as diferentes maneiras de se relacionar com as plantas no EED e no EIM.

Observa-se também uma apropriação significativa do espaço público. Esses espaços, que originalmente desempenham funções de circulação — como calçadas e ruas —, passam a assumir um papel adicional como lugares de encontro e de socialização comunitária.

As visitas à área de estudo confirmaram a hipótese desta pesquisa, evidenciando que os moradores desenvolvem diversas formas de interação com as plantas, utilizadas tanto com fins ornamentais quanto para atender necessidades essenciais, como alimentação, saúde e conforto térmico. Constatou-se ainda que a ocupação existe há mais de uma década sem a implementação de projetos formais de paisagismo, como parques ou praças, enquanto a comunidade segue lutando pelo direito à cidade e a um ambiente de qualidade.

Por outro lado, é relevante destacar que algumas moradias apresentam uso misto, configurando-se simultaneamente como espaços residenciais e comerciais. Em muitos casos, essas atividades — como a venda de pastéis, bolos ou o funcionamento de pequenos comércios — são conduzidas principalmente por mulheres, que encontram nelas uma fonte de renda, constituindo uma resposta à limitada disponibilidade de recursos econômicos na comunidade.

4.1 Desenhando padrões socioecológicos para as moradias das Mulheres Poderosas

Para a proposição de padrões socioecológicos para o EIM e o EED, além dos dados obtidos por meio da pesquisa qualitativa, também foram consideradas experiências relevantes que vêm sendo desenvolvidas no campo da regeneração da paisagem.

Para que as cidades alcancem uma convivência harmônica com a natureza, é essencial reconhecer os processos ecossistêmicos que as compõem. Nesse sentido, destaca-se a relevância das Soluções Baseadas na Natureza (SbN), entendidas como abordagens projetadas

para resolver problemas ambientais e sociais por meio de processos naturais e de ecossistemas saudáveis. Essas soluções podem enfrentar desafios como a degradação do solo, a perda de biodiversidade e a escassez de água potável, entre outros problemas recorrentes.

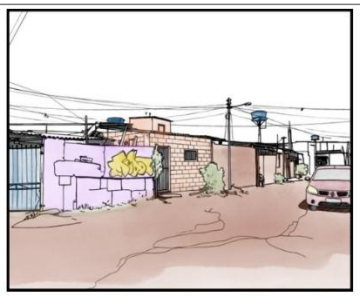
Além disso, tais soluções podem ser adaptadas às condições específicas de cada região e combinadas de forma eficaz para enfrentar múltiplos desafios socioambientais nas periferias latino-americanas. Ressalta-se, ainda, a importância da participação ativa das comunidades locais e da valorização dos conhecimentos ancestrais na implementação dessas estratégias.

Em consonância com as contribuições de Alexander et al. (1977), Andrade (2014), do grupo de pesquisa e extensão Periférico e de Veríssimo (2012), propõe-se abordar o desenho paisagístico a partir da auto-organização das comunidades em seus contextos específicos, evitando imposições ou propostas que não dialoguem com as particularidades locais.

A seguir, apresentam-se os padrões socioecológicos para o EED e o EIM das Mulheres Poderosas, identificados a partir da perspectiva dos Paisagismos do Sul, organizados no formato: Padrão – Problema/Contexto – Recomendação – Ilustração (Tabela 1).

Tabela 1 – Padrões socioecológicos a partir dos Paisagismos do Sul para o EED e o EIM de Santa Luzia.

PADRÃO	PROBLEMA/CONTEXTO	RECOMENDAÇÃO	ILUSTRAÇÃO
Espaço Exterior Doméstico (EED)			
1. Quintal da casa	Algumas moradias que dispõem de mais espaço do que o convencional possuem quintais geralmente localizados nos fundos, onde geralmente mantêm plantas, as crianças brincam ou são utilizados para o armazenamento de objetos que não são utilizados imediatamente.	a) Caso a área da moradia não se encontre pavimentada, configura-se como um espaço propício para a implantação de arborização e de diferentes tipologias vegetais. b) Nos casos em que a moradia apresente pavimentação, o espaço pode ser destinado à inserção de vegetação em recipientes, por meio da utilização de diferentes tipologias de vasos.	
2. Frente e fundo da casa	Algumas moradias apresentam vegetação, vasos e diferentes espécies tanto na entrada quanto nos fundos da casa, além de dispor de áreas descobertas no entorno imediato. Esses espaços também são frequentemente utilizados para atividades de apoio doméstico, como a lavanderia.	Sugere-se a seleção de espécies arbóreas compatíveis com as dimensões do espaço disponível, considerando a altura e a projeção da copa. Deve-se evitar o plantio de espécies que possam ultrapassar os limites do lote, gerando conflitos futuros com a edificação ou com infraestruturas existentes. Recomenda-se, ainda, considerar a proximidade de uma fonte de água, a fim de garantir a irrigação adequada. Como alternativa, o espaço pode ser destinado à inserção de vegetação em recipientes, por meio do uso de diferentes tipologias de vasos, permitindo maior flexibilidade no manejo e na organização do paisagismo.	

Entorno Imediato da Moradia (EIM)			
3.Espaçamento entre lotes	De acordo com a configuração do parcelamento em algumas moradias, observa-se a presença de tipologias de lotes sem saída, nas quais esses espaços tendem a assumir funções de encontro e convivência comunitária. Nesses casos, é comum a inserção de vegetação por meio de vasos, quando há pavimentação, ou diretamente no solo, quando possível, contribuindo para a qualificação ambiental e apropriações desses espaços.	Configura-se como um espaço adequado para a implantação de espécies vegetais de pequeno e médio porte, contribuindo para a melhoria do conforto térmico dos transeuntes em períodos de altas temperaturas, além de favorecer a revitalização desses ambientes. Do mesmo modo, a inserção de vasos e espécies trepadeiras pode potencializar a qualificação paisagística do local, promovendo o encontro e a convivência entre os moradores.	
4.Fachada da casa	A maioria das moradias apresenta esse tipo de horta, constituída por pequenos espaços localizados na porção frontal da residência.	Espaço propício para a implantação de hortas, espécies florais, gramíneas, vegetação em vasos e pequenos canteiros. Da mesma forma, admite a incorporação de murais, contribuindo para a qualificação estética e a valorização simbólica do espaço.	
5. Divisa de lotes	Observa-se a presença de determinados tipos de vegetação nas extremidades das fachadas de algumas moradias, onde são implantados arbustos, espécies florais ou árvores de pequeno porte. Esses elementos, além de contribuírem para a qualificação paisagística, também desempenham a função de delimitação dos lotes.	Recomenda-se a implantação de espécies arbóreas de pequeno porte, arbustos de maior porte em recipientes e espécies florais, de modo a qualificar o espaço e evitar a destinação a usos inadequados.	
6. Esquina da rua	Configuram-se como espaços visíveis e de fácil acesso, que favorecem o encontro entre pedestres e apresentam elevado potencial para a convivência comunitária.	Recomenda-se o plantio de espécies arbóreas de médio e grande porte, capazes de proporcionar sombreamento aos transeuntes e contribuir para a melhoria do microclima. Mediante a adoção de técnicas adequadas, essas espécies podem ainda favorecer a captação e o aproveitamento das águas pluviais. Da mesma forma, a vegetação pode conformar pequenos corredores verdes, contribuindo para o aumento da biodiversidade e para a promoção da sensação de bem-estar.	

Fonte: Autoria própria.

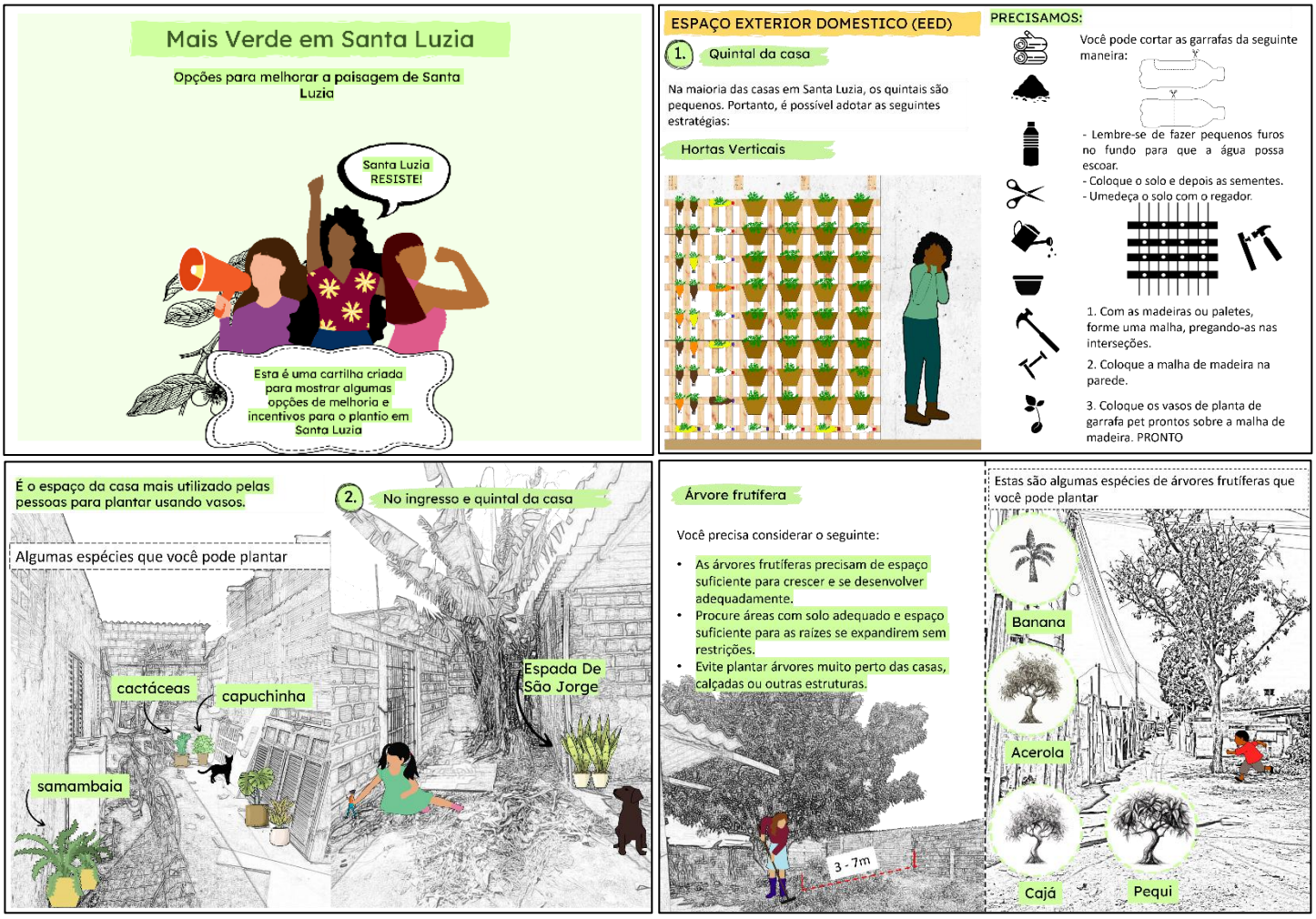
Evidencia-se a necessidade de abordar o desenho, no âmbito do paisagismo, a partir de uma perspectiva que transcenda as lógicas ocidentais predominantes, adotando um enfoque contra-hegemônico e mais alinhado às realidades de cada contexto. Ademais, com o objetivo de tornar

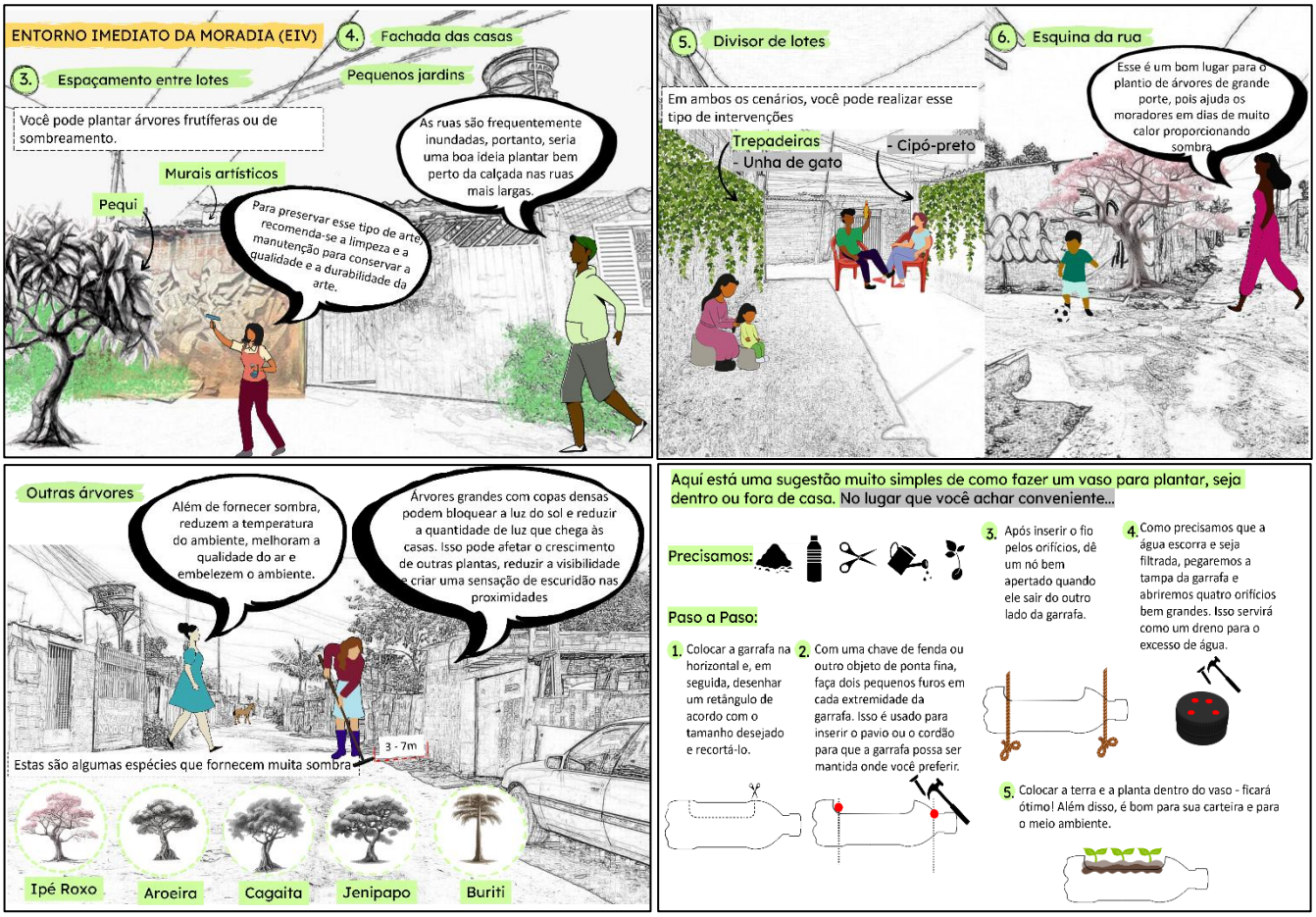
os resultados mais acessíveis às comunidades, foi elaborado um panfleto de livre acesso, em língua portuguesa, intitulado “Mais Verde em Santa Luzia”, reforçando essa proposta ao constituir-se como um meio de comunicação mais inclusivo.

Em cada seção do panfleto, foram apresentados seis padrões socioecológicos. Para o EED: (1) quintal das moradias e (2) frente e fundos das moradias. Para o EIV: (3) espaço entre lotes, (4) fachada da moradia, (5) divisórias de lotes e (6) esquina da rua.

O panfleto, por meio de um formato mais gráfico e intuitivo, apresenta alternativas de possíveis soluções para a regeneração da paisagem (Figura 4).

Figura 4 – Panfleto “Mais verde em Santa Luzia”





Fonte: Autoria própria.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Latina enfrenta desafios estruturais profundamente enraizados, como a desigualdade territorial e a injustiça socioambiental, que se expressam de maneira contundente na configuração de suas paisagens urbanas e periurbanas. Trata-se de uma região historicamente marcada por processos de marginalização, nos quais as problemáticas relacionadas ao planejamento urbano e territorial exigem abordagens situadas, sensíveis às especificidades socioculturais, ambientais e políticas de cada contexto.

Nesse cenário, a carência de espaços vegetados e de arborização nas periferias dos grandes centros urbanos latino-americanos configura-se como um problema crônico, frequentemente negligenciado pelas políticas públicas. A distribuição desigual desses elementos — concentrados majoritariamente nas áreas centrais e mais valorizadas — evidencia a reprodução de desigualdades socioespaciais e reforça a segregação intraurbana. Tal dinâmica revela não apenas uma questão ambiental, mas também territorial e política, diretamente vinculada aos modos de produção do espaço e às disputas pelo direito à cidade.

No contexto de uma crise civilizatória agravada pelas lógicas do sistema capitalista e patriarcal, torna-se urgente repensar o campo do paisagismo e do planejamento territorial para além de abordagens hegemônicas, frequentemente alinhadas à sustentabilidade corporativa e à mercantilização da natureza. Defende-se, assim, a construção de um paisagismo contra-hegemônico, capaz de incorporar as identidades, saberes e cosmovisões das comunidades, reconhecendo a paisagem como expressão viva das territorialidades e das construções coletivas. Tal perspectiva contribui para a promoção da justiça socioambiental, articulando de maneira indissociável a luta por justiça social com a preservação e regeneração ambiental.

Nesse sentido, o ecofeminismo emerge como uma abordagem teórico-prática relevante para o planejamento urbano latino-americano, ao integrar dimensões sociais, ambientais e de gênero. Ao valorizar práticas de cuidado, interdependência e sustentabilidade da vida, o ecofeminismo oferece subsídios para a construção de territórios mais justos, inclusivos e resilientes, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

A participação comunitária, particularmente presente em territórios auto-organizados como ocupações urbanas, desempenha um papel fundamental na produção e gestão das paisagens. Essas práticas coletivas fortalecem o sentimento de pertencimento e tendem a promover maior cuidado, apropriação e manutenção dos espaços livres, evidenciando a importância das práticas sociais e culturais na configuração dos territórios.

É nesse contexto que a presente pesquisa se insere, ao evidenciar a importância de conceber processos de desenho da paisagem de caráter insurgente e participativo, orientados por princípios ecofeministas e por dinâmicas de auto-organização. O estudo de caso da ocupação Santa Luzia, em Brasília-DF, permite compreender como paisagens em territórios periféricos e vulneráveis são construídas a partir de conflitos, resistências e práticas cotidianas, revelando formas alternativas de produção do espaço.

Os padrões socioecológicos propostos para o Entorno Imediato da Moradia (EIM) e o Espaço Exterior Doméstico (EED) ressaltam a necessidade de abordagens situadas, adaptadas às especificidades do território e às dinâmicas do coletivo auto-organizado Mulheres Poderosas. Esses resultados indicam que não existem soluções universais para os desafios do planejamento paisagístico em contextos periféricos, mas sim múltiplas possibilidades construídas a partir das realidades locais.

Dessa forma, reafirma-se a importância de atuar em escala local e de abaixo para cima no planejamento territorial, evitando abordagens generalistas que desconsiderem as particularidades dos territórios. Tal postura possibilita a promoção de ambientes mais habitáveis e sustentáveis, especialmente frente às crises habitacionais que afetam amplos setores da população latino-americana.

Por fim, destaca-se o papel das políticas públicas como instâncias de mediação, e não de imposição, nos processos de construção das paisagens e dos territórios e sua democratização sob uma perspectiva de gênero. Torna-se fundamental fomentar a participação ativa de moradores e coletivos comunitários no planejamento e no desenho de sistemas de espaços livres, garantindo que as decisões reflitam as necessidades, os desejos e os modos de vida locais, em diálogo com o poder público e a inclusão do papel das mulheres nesses processos. Assim, este trabalho contribui para o debate sobre ensino, pesquisa e extensão em arquitetura da paisagem, ao incentivar profissionais e pesquisadores a repensarem criticamente o uso e a ocupação do solo, valorizando práticas insurgentes e promovendo a regeneração ambiental nos

territórios que partem do universo feminino como forma de justiça socioambiental, regeneração da vida na terra e como forma de superar as violências estruturais do patriarcado nos territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo.** Campina Grande: EDUEPB, 2016.

ALEXANDER, Christopher et al. **A pattern language: towns, buildings, construction.** New York: Oxford University Press, 1977.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (CAF). **Crescimento urbano e acesso a oportunidades: um desafio para América Latina.** Bogotá: CAF, 2017. Disponível em: https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/1090/RED%202017%20esp.pdf?sequence=13&isAllowed=y.

CODEPLAN. **Índice de Vulnerabilidade Social – IVS*. Brasília***: Observatório Territorial, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), 2020.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPALSTAT). **Brasil: perfil nacional social-demográfico.** 2025. Disponível em: https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=1&country=bra&lang=es.

DE ANDRADE, Liza Maria de Souza. **Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos: a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem.** 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal.** Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal.** Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2017.

GRUPO PERIFÉRICO. Santa Luzia resiste. **Laboratório Periférico – Universidade de Brasília.**Disponível em: https://periferico.unb.br/2025/03/08/santa-luzia-resiste/.

GUTIÉRREZ BORRERO, Alfredo. **Resurgimientos: sures como diseños y diseños otros.** Revista Nómadas, n. 43, p. 113–129, 2015.

HUANACUNI MAMANI, Fernando. **Buen Vivir / Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas.** Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI, 2010.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo: teoria, crítica e perspectivas.** Barcelona: Icaria Antrazyt, 2014.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura: por um urbanismo do comum.** São Paulo: Editora Olhares, 2021.

PEÑA AYMARA, Mariela Alexandra. **Paisajismos del Sur: parámetros socio-ecológicos para los espacios libres de las periferias de Brasília-DF (Brasil) y Lima (Perú).** 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/47912.

REZENDE, Vinícius Silva. **Diretrizes para o equilíbrio de ecossistemas urbanos em ocupações informais: proposições para a ocupação Santa Luzia – DF.** 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/43038.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Sociologia da imagem: olhares ch'ixi a partir da história andina.** São Paulo: Editora Elefante, 2025.

SAITO, Kohei. **La naturaleza contra el capital: el ecosocialismo de Karl Marx.** Chile: Bellaterra Edicions, 2022.

SÁNCHEZ, Ronald. **Déficit habitacional en países de América Latina y el Caribe.** Lima: Unión Interamericana para la Vivienda, 2024. Disponível em: https://www.uniapravi.org/objetos/publicacion/MTE=/04092024111559.pdf.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1986.

TOLEDO, Víctor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales.** México, 2009.

VERÍSSIMO, Céline; RODRIGUES DA CUNHA, Gabriel; PEÑA AYMARA, Mariela. **Paisajismos del Sur en las barriadas de Lima, Perú.** *Revista V!RUS*, n. 23, p. 3–4, 2021. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=7&item=1&lang=pt.